

Desdobramentos violentos dos conflitos no campo: Desvendando resistências e enfrentamentos no estado da Bahia de 2006-2018.

Rayane Lucia Rocha Nunes y Gilca Garcia de Oliveira.

Cita:

Rayane Lucia Rocha Nunes y Gilca Garcia de Oliveira (2019). *Desdobramentos violentos dos conflitos no campo: Desvendando resistências e enfrentamentos no estado da Bahia de 2006-2018*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/476>



Desdobramentos violentos dos conflitos no campo: Desvendando resistências e enfrentamentos no estado da Bahia de 2006-2018¹

Rayane Lucia Rocha Nunes
Gilca Garcia de Oliveira

Resumo

Este estudo tem como objetivo diagnosticar e espacializar os desdobramentos violentos dos conflitos no campo, para o estado da Bahia, assim como desvendar as ações de resistência e enfrentamento ligadas às comunidades tradicionais e ao mundo do campesinato em geral. Buscou-se, a partir da sistematização e mapeamento dos dados presentes nos Cadernos de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), identificar por meio das categorias ameaças, tentativas de assassinato e assassinatos, os principais sujeitos envolvidos em violências no campo baiano bem como espacializar essas violências buscando identificar territórios de violência. A partir do entendimento de que o Estado age em defesa dos interesses das classes hegemônicas o estudo apresenta os principais determinantes da violência material e imaterial que torna o pobre do campo subalternizado. Ações de resistência e enfrentamento, através do sentimento coletivo demonstram, neste contexto, a força capaz de criar uma contra hegemonia da ordem vigente.

Palavras Chaves

Resistência. Enfrentamento. Violência. Campo. Estado.

Introdução

O tema da concentração de terras no Brasil é um fato histórico, que culmina numa estrutura fundiária extremamente desigual. Ainda que este seja um problema presente no território nacional, desde a colonização, visualiza-se uma tendência crescente dessa concentração nos tempos recentes. O curso da história demonstra que as condições sociais que conformam o espaço agrário brasileiro, alicerçam esta estrutura fundiária concentrada e concebem um ambiente hostil a camponeses e comunidades tradicionais.

Observa-se, atualmente, a constituição de “formações predatórias”, uma união entre capacidade sistêmica e elites que conduzem a uma concentração extrema no topo (Sassen, 2016), causando, através da violência e da desigualdade, a expulsão de camponeses de suas terras, principal meio de produção e de reprodução da vida. Estes



aspectos são fundamentais para decifrar a estrutura e a dinâmica dos conflitos no campo.

A concentração de terras é um poderoso indicador da desigualdade que impera no campo brasileiro. De acordo com o Censo Agropecuário, nos últimos 11 anos a estrutura fundiária brasileira se concentrou ainda mais. Tem-se que, as propriedades rurais de até 50 hectares representam 81,3% do total de estabelecimentos agropecuários, mais de 4,1 milhões de estabelecimentos. Juntas, ocupam 44,8 milhões de hectares e correspondem a, apenas, 12,8% do total da área produtiva do país. Em contrapartida, 2,4 mil estabelecimentos com mais de 10 mil hectares, que correspondem a apenas 0,04% das propriedades rurais do país, ocupam 51,8 milhões de hectares, equivalente a 14,8% da área produtiva do campo brasileiro (IBGE, 2017).

Para o Estado da Bahia os indicadores não são diferentes, as propriedades rurais de até 50 ha correspondem, aproximadamente, a 680.365 estabelecimentos, 89% do total. Juntas somam 6.089.743 ha e correspondem a 21,74% do total da área ocupada do Estado. Em contrapartida, 3.176 estabelecimentos com mais de 1.000 ha, 0,41% das propriedades rurais do estado, ocupam 10.696.971 ha, equivalente a 38,17% da área produtiva do campo baiano (IBGE, 2017).

De acordo com o Índice de Gini-Terra a concentração de terras tem se mantido bastante elevada, ocorrendo, inclusive, crescimento ao longo dos anos. A partir de 1975 atinge a casa de 0,8 chegando a alcançar um leve crescimento de 0,838, em 2006, segundo dados do Censo Agropecuário/IBGE. A alta concentração da propriedade expressa uma situação de vulnerabilidade a conflitos pelo uso e contaminação da terra e da água e; superexploração do trabalho, materializada no trabalho análogo ao de escravo.

Tendo em vista tal contexto social, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde 1985, divulga informações de conflitos no campo brasileiro envolvendo terra, água, questões trabalhistas, condições análogas à escravidão e violência.

O que se pretende com este estudo é sistematizar e mapear os desdobramentos violentos dos conflitos no campo baiano por meio das categorias de violência utilizadas pela CPT. Além de identificar os territórios em disputa onde a violência ocorre; os principais sujeitos afetados nesses territórios; o papel do Estado na dinâmica dos conflitos e da violência e as ações de resistência e enfrentamento utilizadas pelos povos do campo para reivindicar o direito à vida digna.



Contextualizando a discussão: conflito, conflitualidade e violência

Conflito e conflitualidade

O paradigma da questão agrária tem como eixo principal de debate o processo de diferenciação, destruição e recriação do campesinato como resultado do desenvolvimento desproporcional do capitalismo no campo. A conflitualidade aparece como o conjunto de conflitos que é inerente ao processo de desigualdade do desenvolvimento e, por isso, o capitalismo gera tal conflitualidade e a fomenta (Fernandes, 2009).

A ideia de que o conflito e a conflitualidade são geradores de desenvolvimento pode causar certo estranhamento. Como é possível que um evento que compreende diferentes tipos de violência e pode findar com a eliminação física dos sujeitos envolvidos, pode conter no seu âmago uma dimensão que confira à sociedade algum tipo de desenvolvimento? Para tanto Porto-Gonçalves e Chagas (2017) trazem à luz uma definição sobre conflitos que cabe ser exposta

O conflito é um fenômeno empiricamente verificável e, como conceito, capta um momento privilegiado do ponto de vista epistemológico, pois nos indica que sobre um determinado problema que está sendo objeto de questionamento existem, no mínimo, duas ou mais visões ou leituras distintas. Além disso, o conflito nos mostra de modo prático as contradições da sociedade em um determinado momento e lugar e, assim, nos libera de análises que se reivindicam dialéticas, mas que ignoram as contradições tal e como os próprios interessados as manifestam [...] É através do conflito que as contradições da sociedade vêm à luz, vêm a público. Embora se possa dizer que toda sociedade se faz conformando consensos, esses consensos se forjam a partir de conflitos que sinalizam suas contradições e, assim, o dissenso é fundamental para que se construa um consenso denso, que possamos chamar verdadeiro. (Porto-Gonçalves; Chagas, 2017, p.10)

Os autores fazem uma analogia dos conflitos com a dor para o corpo humano. Quando a dor aparece ela é um sintoma do qual pode-se buscar a origem de uma doença, é através da identificação dessa dor que a cura pode ser obtida. Assim, o conflito é essencial para a sociedade “se ignoramos o conflito ignoramos as dores da sociedade. O conflito nos mostra os gritos daqueles que, assim, expõem suas dores. É, portanto, um momento de tensão e luz” (Porto-Gonçalves; Chagas, 2017, p.11).

A CPT entende que os conflitos no campo são ações de resistência e enfrentamento que ocorrem em contextos sociais diferentes e, no âmbito rural, envolvendo a luta pelo



direito à água, à terra, pelos meios de trabalho e produção. Tais conflitos ocorrem entre classes, entre os próprios trabalhadores ou por conta da má gestão ou ausência de políticas públicas.

Dentro dessas contribuições teóricas o conflito surge da necessidade de contestar o controle social promovido pelo modo de produção capitalista, se origina de uma reação a esse controle e se estrutura através da criação de espaços de resistência com o objetivo de transformação da realidade que não está sob o manejo do capital (Fernandes, 2009).

Dessa forma ocupações, acampamentos e até mesmo a manutenção da forma de vida de camponeses e comunidades tradicionais são estratégias de resistência e enfrentamento advindos dos conflitos. Neste sentido, “a conflitualidade apresenta-se como o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento” (Fernandes, p 6, 2008).

Os diferentes tipos de violência

A violência surge nesse contexto como ferramenta de dominação, apropriação, expulsão das populações vulneráveis e é utilizada tanto pelas estruturas de Estado quanto por agentes privados, de forma direta e indireta, passivas ou ativas. Além disso, podem resultar na destruição moral e física dos sujeitos.

Osório (2017) define o Estado como um conflito de relações² entre classes que se expressa através do poder político e da dominação. Assim, o Estado aparece como uma condensação dos diversos interesses de classe e possui uma dimensão que confere à sociedade um “sentido de comunidade ilusória”. É através desse sentimento de comunidade que um projeto de desenvolvimento da classe hegemônica é amplamente aceito pela sociedade como se fosse um projeto de interesse de todos. Entretanto, segundo Osório (2017) as relações de classe que fazem parte do Estado possuem eixos específicos de concentração.

O Estado é a condensação das correlações de forças. Se diversas classes sociais (e outros grupos) atuam e se desenvolvem na sociedade, todas elas buscam alcançar seus interesses. Em diversos graus, o Estado tem a particularidade de assumir demandas e posições de todas as classes, frações e setores. Porém, assume-as com a condição de



que há classes que detêm o poder político e outras não. Desta forma, muitos interesses sociais adquirem expressão na vida em comum, mas com limitações estabelecidas pelos interesses dos grupos sociais dominantes. (Osório, 2017, p. 27)

É a partir dessa conceituação do Estado que se entende que a violência no Brasil ocorre de forma estrutural. Em todos os aspectos da organização social são pautadas disputas de interesses e poder, estando as classes dominantes sempre em vantagem em detrimento dos mais vulneráveis. A formação da sociedade brasileira, desde a colonização, confirma a perspectiva de que os interesses das classes não-hegemônicas são desconsiderados, ultrapassam o campo material e têm no Estado um agente de violência. Segundo Osório (2017), “o Estado é violência e está atravessado por ela. Mas essa violência se condensa em leis, em espaços que ameaçam seu exercício, quando não se apresenta como uma prática aberta e visível” (Osório, 2017, p. 26).

Uma violência material e imaterial, onipresente, visível nos índices de pobreza, de concentração de renda, de mortalidade infantil, entre tantos outros índices que confirmam o fato de que estruturalmente a violência é, antes de tudo, exercida pela própria conformação das relações sociais nesse País.

Na violência direta e ativa, o Estado age principalmente com os despejos judiciais, com o uso da força policial no cumprimento de ordens de despejo e na dissipação de manifestações, através da ação política e repressiva, o que tem como consequência mortes e ferimentos (Girardl, 2008). A passividade em relação à violência ocorre quando o Estado se omite ao constatar violência praticada por particulares contra camponeses e comunidades tradicionais assim como a violência indireta quando, o Estado, através de políticas públicas e programas de desenvolvimento que, ao ir de encontro aos interesses camponeses, vão permitir a formação de um cenário propício à violência direta, praticada por fazendeiros e capitalistas de grandes empreendimentos. A título de exemplo pode ser citada a formação de lobbies e a existência da bancada ruralista pautando os seus interesses e intencionalidades nas casas legislativas.

A violência física é utilizada, pelo Estado ou por agentes privados, quando a ordem social hegemônica está ameaçada. As reivindicações e enfrentamentos das classes não-hegemônicas constituem-se numa reação, por parte dos sujeitos subalternizados, à violência estrutural. É através dessas ações de enfrentamento que os “de baixo” perturbam a hegemonia da classe no poder.



De diversas maneiras manifesta-se a violência no campo. Indo desde a manutenção de práticas ilegais nas relações trabalhistas, até aquelas manifestadas pelo trabalho análogo ao de escravo, passando pelo cerceamento dos espaços de produção e reprodução da vida das comunidades, até a eliminação física dos mais vulneráveis, de lideranças e agentes que apoiem e contribuam para o processo organizacional e a estruturação de demandas das comunidades. As múltiplas possibilidades de se tratar a violência apontam para a existência de uma raiz comum a todas elas, que está relacionada com a questão agrária.

No caso dos cerceamentos e da desterritorialização das comunidades tradicionais, são inúmeros os casos em que agentes privados, apreendem e matam os animais, impedem o abastecimento de água, constroem cercas ao redor das áreas das comunidades a fim de impedir o acesso ao território, estradas, cidades próximas, atendimento de saúde entre outros. Essas ações estão pautadas sempre nos interesses e vontades dos pretensos “proprietários” de terra que, segundo Medeiros (1996), utilizam desses meios para demonstrar força, amedrontar e fazer cumprir seus propósitos.

Diante deste cenário de numerosos conflitos e violências, direcionadas a agentes específicos, por parte de agentes privados e públicos, surge o questionamento: Qual tem sido a reação das numerosas organizações sociais, que lutam pelo direito à vida digna de camponeses e comunidades tradicionais? Quais são as ações de enfrentamento realizadas no estado da Bahia, que se manifestam contra a injustiça e a violência? Para responder a essas questões, foram utilizados dados dos Cadernos de Conflitos da CPT referentes à categoria “manifestações”.

Resistências e enfrentamentos

Andrade (2015) entende que a resistência se constrói primeiramente no sujeito. Assim, o próprio modo de vida do camponês, com suas práticas de convívio com a natureza, a despeito de suas próprias contradições é, em parte, a materialização da sua resistência. Um processo intrínseco à ação do sujeito, individualmente ou em família, mas que pode ser fortalecida e ampliada por via da construção política do “sujeito coletivo”.

Zibechi (2015) traz que os territórios “dos de baixo” é composto essencialmente pela diversidade como um sinal de sua identidade. Dessa forma nos territórios do mundo do campesinato e comunidades tradicionais, existem formas de vida não mercantis que surgem nos intervalos e falhas da dominação capitalista e constituem-se em territórios



de esperança. “[...] a esperança de uma mudança radical anticapitalista, porque ali existem relações sociais que podem ser a base para a reconstrução da sociedade” (Zibechi, 2015, p. 157).

Nesse sentido, a resistência se constrói a partir do aprofundamento das diferenças entre os modos de vida dos dominados e dos dominantes. Camponeses e comunidades tradicionais sustentam suas formas de vida heterogêneas através dos laços comunitários, da particular relação com a natureza, da solidariedade e da reciprocidade, princípios que caracterizam a forma de vida destes setores populares.

Assim, a resistência é a base para se entender o conceito de enfrentamento. Scott (1990) reforça essa perspectiva enfatizando que é nessa resistência diária, em pequena escala e muitas vezes informal dos camponeses, que residem elementos práticos de uma contra hegemonia da ordem dominante.

O enfrentamento é aqui entendido como a ação de resistência construída e realizada coletivamente a partir dos espaços de “socialização da política”. Assim, o enfrentamento engloba e suplanta a noção de resistência, sendo ele (o enfrentamento) a consolidação da resistência agora com o sujeito coletivo centralizado nesta dinâmica (ANDRADE, 2015).

Resultados

A violência no campo baiano

De acordo com os dados apresentados pela CPT para o Brasil, o estado da Bahia, no ano de 2017, encontra-se como terceiro colocado entre os estados mais violentos no campo, com 14,08% dos assassinatos ocorridos no País (Gráfico 1).

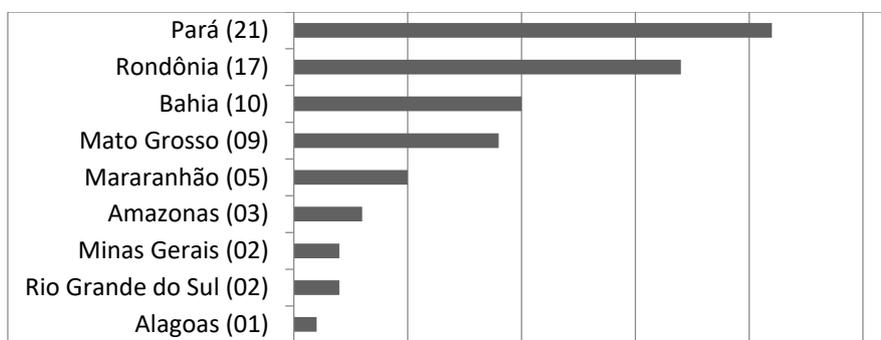


Gráfico 1 - Ranking: Estados mais violentos no campo. Brasil, 2017
Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-CPT



De acordo com o Quadro 1, observa-se que a violência no campo é uma constante e acentua-se em momentos políticos decisivos e/ou permissivos. Para o período de análise, 2006 a 2018, foram 84 ameaças, 33 tentativas de assassinato e 37 assassinatos. O ano de 2017 foi aquele com o maior número de assassinatos, na Bahia, dez, num total de 37 em todo o período de análise.

Ano	Ameaças	Tentativa de Assassinato	Assassinato
2006	3		
2007	3	1	1
2008	2	1	3
2009	10	1	1
2010	4	6	2
2011	13		3
2012	7	3	1
2013	9	3	6
2014	8	3	3
2015	10	12	1
2016	1	2	4
2017	6	1	10
2018	8	1	2
Total	84	33	37

Quadro 1. Violência no Campo: Ameaças, Tentativas de Assassinatos e Assassinatos, Bahia, pessoas atingidas, 2006-2018

Fonte: Cadernos de conflitos CPT. Elaboração própria, 2019

Dos 154 casos de violência, 52 (34%) foram direcionados às lideranças que, historicamente, estão ligadas às ações de resistência e enfrentamento perante o avanço do Capital no campo. O Quadro 2 identifica a proporção de lideranças envolvidas em casos de violência no período, categorizando-as.

Categoria	Nº de violência	Lideranças	% de lideranças dentro da categoria	% do total de lideranças
Indígenas	42	15	36	29
Quilombola	36	20	56	38
Assentado	11	5	45	10
Outros	65	12	18	23
TOTAL	154	52		100

Quadro 2. Categorização e Proporção de Lideranças Vítimas de Violência, Bahia, 2006-2018
Fonte: Conflitos no Campo 2006-2018. Elaboração própria, 2019.

No grupo dos indígenas, dentre as 42 pessoas vítimas de violência, 15 eram lideranças, ou seja, 36% dos indígenas vitimados, do total de lideranças vitimadas no período os indígenas corresponderam a 29%. Dentre os 36 quilombolas, 20 eram lideranças, que foram 56% dos quilombolas vitimados e 38% do total de lideranças. Entre os 11



assentados, cinco eram lideranças, equivalente a 45% das vítimas dessa categoria e a 10% do total de lideranças. Na categoria outros observou-se 65 casos de violências das quais 12 foram direcionadas às lideranças correspondendo a 18% da categoria e a 23% do total de lideranças vitimadas.

No período de 2006 a 2018 os municípios onde ocorreram maior número de assassinatos foram: Lençóis, Ilhéus e Monte Santo.

Analisando os dados a partir dos territórios de identidades, observa-se as regiões de maiores tensionamentos nos conflitos, podendo-se estabelecer conexões entre as práticas da violência em determinados espaços e reconhecer territórios de violência. Neste sentido, os Mapas 1, 2 e 3 inserem uma dimensão espacial à análise, permitindo a visualização das violências a partir da espacialização dos casos.

Dentre os Territórios de Identidade destacam-se: Litoral Sul, Extremo Sul, Bacia do Rio Corrente, Velho Chico e Piemonte do Itapicuru. O primeiro colocado, em relação aos casos de violência, é o Território de Identidade Litoral Sul com 32 casos de violência, sendo eles 14 ameaças de morte, nove tentativas de assassinato e nove assassinatos. Os grupos mais afetados nesse território são os indígenas, dentre os 32 casos de violência 27 foram direcionados a esse grupo. Há um destaque para os indígenas da Serra do Padeiro/Povo Tupinambá que dos 32 conflitos, 19, ou seja, 59% deles foram direcionados especificamente a esse povo e a aliados na luta de reconhecimento e regularização do direito a suas terras ocupadas tradicionalmente. Dentre os casos de violência no Território de Identidade encontram-se ainda indígenas do Povo Pataxó Hã-Hã-Hãe com oito casos e lideranças de comunidades sem-terra, com cinco casos.

Anexo 1: Mapa 1

Anexo 2: Mapa 2

Anexo 3: Mapa 3

Utilizando a categoria “manifestações”, presente nos cadernos de conflitos da CPT, foi possível observar um panorama das ações de enfrentamento, materializadas em atos públicos de manifestação, no estado da Bahia, entre os anos de 2006 e 2018 (Quadro 3).



Ano	Manifestações	Manifestações/ violência
2006	52	2
2007	53	1
2008	41	4
2009	33	3
2010	49	5
2011	54	3
2012	56	5
2013	70	12
2014	40	5
2015	50	6
2016	102	15
2017	98	10
2018	82	30
Total	780	101

Quadro 3. Enfrentamentos do tipo manifestações, Bahia, 2006 a 2018
 Fonte: Conflitos no Campo Brasil 2006-2017. Formulação própria, 2019

O Quadro 3 apresenta quantitativamente o total das manifestações ocorridas no período estudado e quanto dessas manifestações que foram voltadas a denunciar e contestar casos de violências.

Do ano de 2006 ao ano de 2018, das 780 manifestações ocorridas no estado da Bahia, documentadas pela CPT, 101 foram referentes a conflitos violentos que envolviam ameaças, assassinatos e/ou tentativa de assassinatos. Dentre elas a “Vigília em memória do Martírio de Fabio Santos Silva/ Fazenda Lagedo”, liderança do MST morto com 15 tiros na presença de sua família numa emboscada no ano de 2013, no município de Iguai. Ocorreram diversas manifestações em vários municípios do Estado.

Considerações finais

A estrutura fundiária brasileira é historicamente concentrada. As grandes propriedades correspondem em número a menos de 1% das propriedades rurais do país e ocupam cerca de 51,8 milhões de hectares. Enquanto as pequenas propriedades representam 81,3 % das propriedades rurais do país e ocupam 44,8 milhões de hectares.

A alta concentração da propriedade expressa uma situação de vulnerabilidade a conflitos pelo uso da terra, da água e da biodiversidade que geram em seus desdobramentos, diversos tipos de violências exercidas pelos poderes privado e público. O Estado surge neste contexto como agente mantenedor e criador de uma capacidade sistêmica, que facilita a permanência das velhas e novas formas de



violência contra comunidades tradicionais e camponeses, através do seu aparato, atuam a favor dos interesses das classes hegemônicas.

Neste cenário, o conflito surge da necessidade de contestar o controle social promovido pelo modo de produção capitalista, se origina de uma reação a esse controle e se estrutura através da criação de territórios de resistência com o objetivo de transformação da realidade buscando não se inserir na dinâmica do capital.

Dessa forma, ocupações, acampamentos, manifestações e até mesmo a manutenção da forma de vida dos camponeses e comunidades tradicionais são estratégias de resistência e enfrentamento advindos dos conflitos e da violência.

A violência se apresenta primeiro estruturalmente, na própria formação da sociedade e na dinâmica das relações de classe, é utilizada pelos poderes público e privado de forma direta como estratégia de eliminação dos conflitos que ameaçam sua hegemonia.

Notas

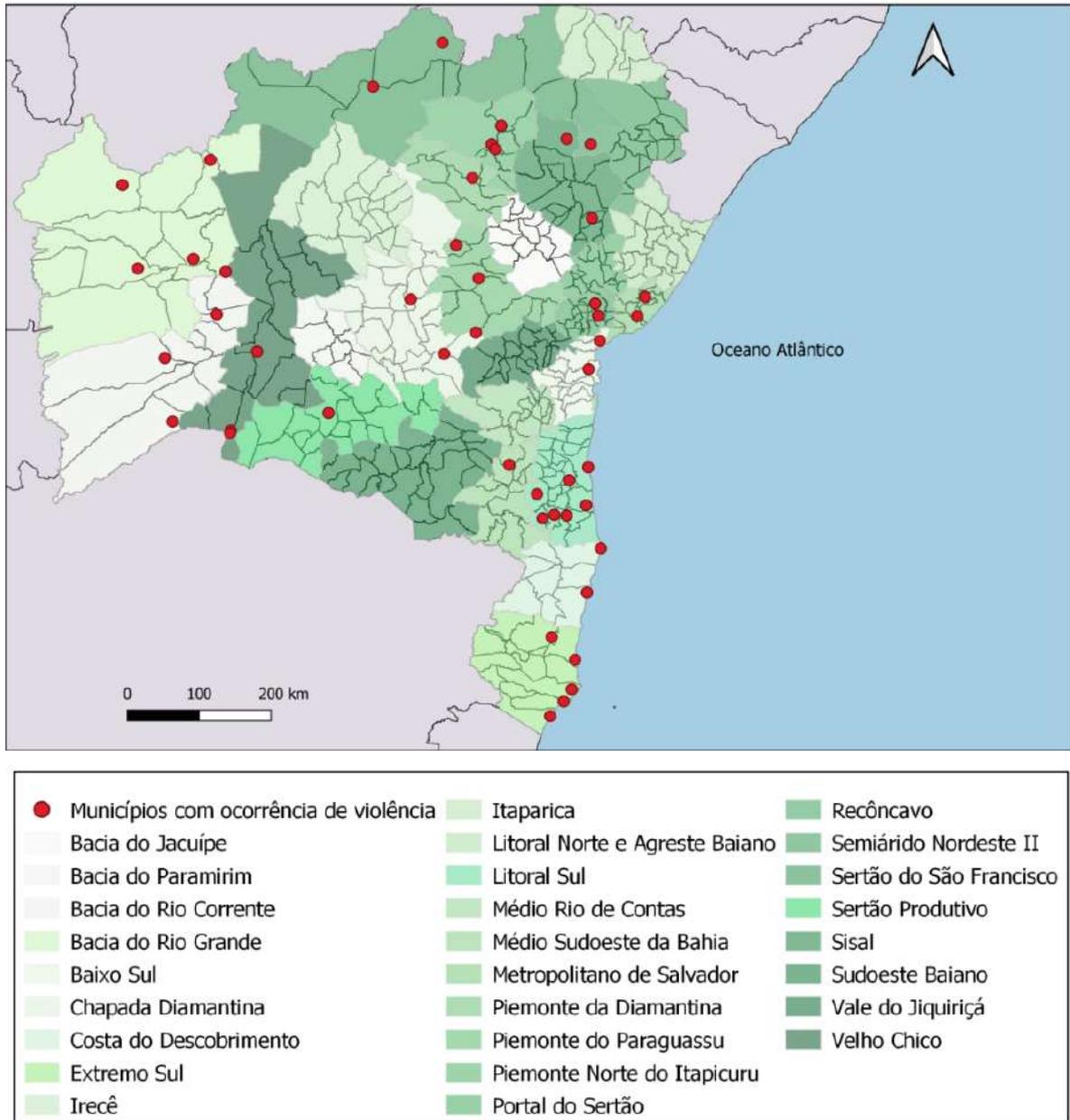
¹ Este estudo foi apoiado pelo CNPq através do programa de bolsas PIBIC.

² Relações que são fundamentalmente de classe mas que não são descoladas das dimensões de raça e gênero

Anexos



Anexo 1

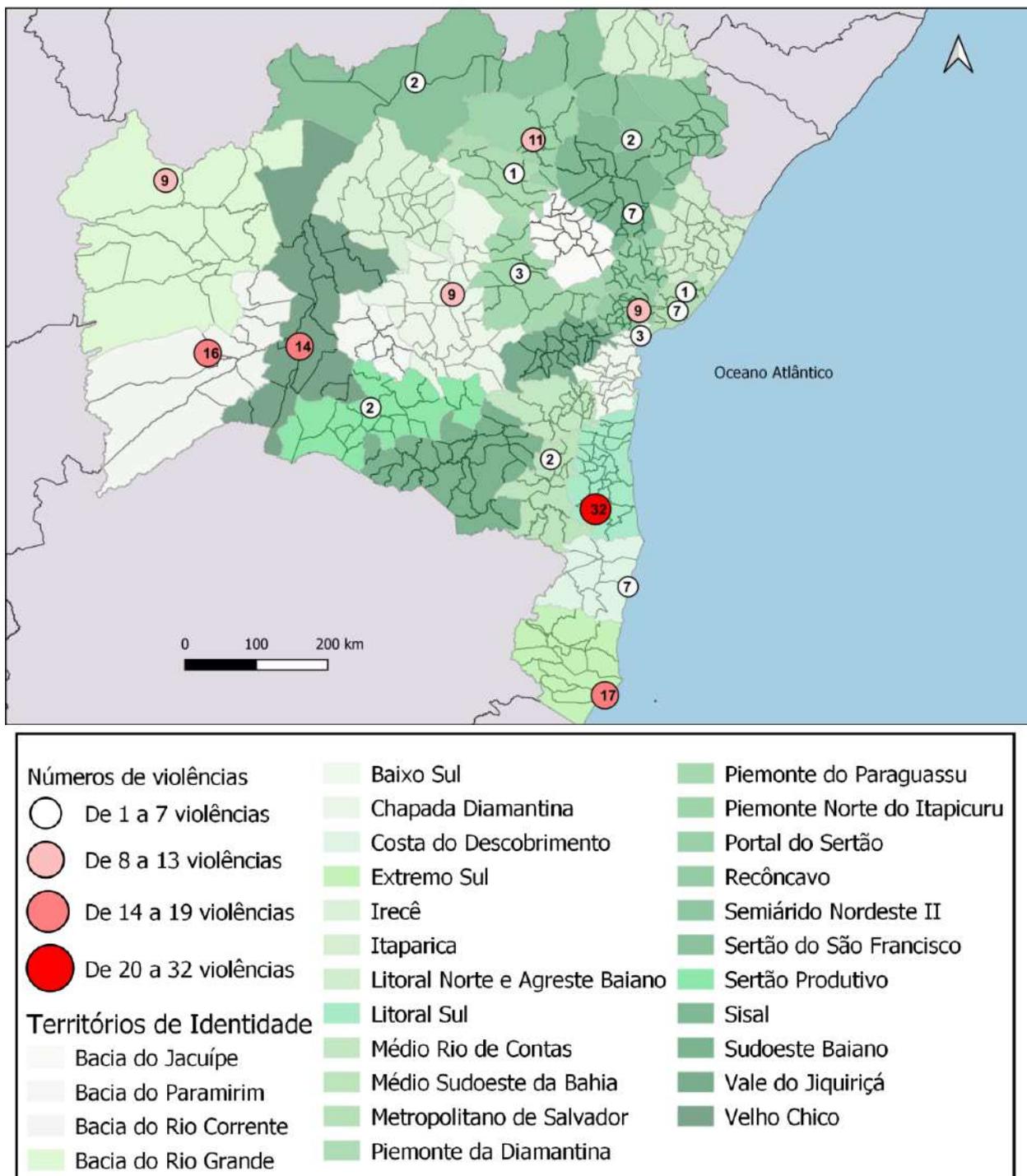


Mapa 1 - Ocorrência de violência, Município, Bahia, 2006 a 2018

Fonte: SEI/ IBGE; Base de Dados: CPT; Elaboração: Rayane Nunes, Projeto GeografAr, 2019.



Anexo 2



Mapa 2. Ocorrência de violência, Território de Identidade, Bahia, 2006 a 2018

Fonte: SEI/ IBGE; Base de Dados: CPT; Elaboração: Rayane Nunes, Projeto GeografAr, 2019



Medeiros, Leonildes Servolo de. Dimensões políticas da violência no campo. Revista Tempo. Rio de Janeiro, v.1, p. 126-141, 1996.

Osorio, J. Estado, biopoder, exclusión: análisis desde la lógica del capital. Barcelona: Anthropos/UAM, 2012.

_____. Sobre o Estado, o poder político e o Estado dependente. Temporalis. Brasília (DF), v. 17, n. 34, jul./dez. 2017.

Porto-Gonçalves, Carlos Walter; CHAGAS, Samuel Brito das. Os pivôs da discórdia e a digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina – BA. Bom Jesus da Lapa, BA: Gráfica e Editora Bom Jesus, 2017

Sassen, Saskia. Expulsões: Brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.

Scott, J. C. Los dominados y el arte de la resistencia: discursos ocultos. [S.I.]: Ediciones Era, 1990. (Colección Problemas de México).

Zibechi, Raúl. Territórios em resistência: cartografia políticas das periferias urbanas latino americana. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015